



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - **PRESIDENTE**
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR MELO
EDUARDO TAVARES MENDES
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
MARCOS BARROS MÉRO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - **PRESIDENTE**
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
DELFINO COSTA NETO

DIRETOR DO CAOP
JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE
ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA
PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 19 DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1904/2018

Interessado: Gerente do Projeto Biblioteca Viva

Assunto: Adesão a ata de registro de preço

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Aquisição de livros nacionais, impressos, de todas as editoras, nas áreas jurídicas e outras áreas específicas, por Adesão à Ata de Registro de Preço nº 7/2018 do Ministério Público do Rio Grande do Norte, oriunda do Pregão Eletrônico nº 66/2017. Adoção da modalidade de Registro de Preços no Ministério Público Estadual instituído pelo Ato Normativo PGJ nº. 11/2005. Justificativa da necessidade da aquisição. Possibilidade jurídica do pedido, face a previsão do item 15.11 do edital, e Decreto nº 7.892/2013. Ata de Registro de Preços vigente. Anuência do órgão gestor da ata e aceite por parte do fornecedor da aquisição pretendida. Comprovada a vantajosidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preço, consoante orçamento nº 84/2018, elaborado pelo Setor de Compras. Existência de dotação orçamentária e recursos financeiros para atender a despesa. Pelo deferimento da adesão e ulterior aquisição junto a empresa, Êxito Distribuidora e Comércio de Livros Ltda., perfazendo um valor global de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), com a aplicação de percentual de desconto de 37% (trinta e sete por cento)". Defiro.

Proc: 2216/2018

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação desta PGJ

Assunto: Solicitação de aquisição de software de monitoramento IP

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Contratação de fornecimento de software de segurança, Sistema Digifort, por Adesão às Atas de Registro de Preço nºs 1/33 e 2/33 da Universidade Federal de Lavras, itens 1 e 2 do Lote Único do Pregão Eletrônico nº SRP 33/2017. Adoção da modalidade de Registro de Preços no Ministério Público Estadual instituído pelo Ato Normativo PGJ nº. 11/2005. Justificativa da necessidade da contratação. Possibilidade jurídica do pedido, face a previsão na cláusula segunda das Atas e Decreto nº 7.892/2013. Ata de Registro de Preços vigente. Anuência do órgão gestor da ata e aceite por parte do fornecedor da aquisição pretendida. Parecer técnico favorável da área técnica. Comprovada a vantajosidade dos preços registrados na Ata de Registro de Preço, consoante orçamento nº 20/2018, elaborado pelo Setor de Compras. Existência de dotação orçamentária e recursos financeiros para atender a despesa. Pelo deferimento da adesão e ulterior aquisição junto a empresa, Arper Informática Ltda., perfazendo um valor global de R\$ 12.615,00 (doze mil, seiscentos e quinze reais) e a aquisição junto a empresa, Horizonte Digital Informática Ltda., perfazendo um valor global de R\$ 44.877,00 (quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais)". Defiro.

Proc: 2550/2018

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo desta PGJ.

Assunto: Solicitação de prorrogação contratual.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços. Contrato nº PGJ/22/2015. Serviços especializados de manutenção elétrica e mecânica corretiva/preventiva de um (01) grupo gerador diesel de 350 kVA, em rapa existente no prédio-sede do Ministério Público Estadual. Pedido de aditamento contratual de prazo. Aplicação do princípio da anuidade orçamentária. Não cabimento. Previsão contratual que encontra guarida na excepcionalidade consubstanciada no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93. Serviços Contínuos. Existência de disponibilidade orçamentária e financeira para atendimento da despesa. Pelo deferimento e ulterior envio ao setor de elaboração de contratos". Defiro.

Proc: 2553/2018
Interessado: Diretoria de Comunicação Social
Assunto: Req. providências
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Licitações e Contratos. Aquisição de quadros de aviso com acabamento em alumínio, visando atender às necessidades da Diretoria de Comunicação Social do Ministério Público do Estado de Alagoas. Justificada a necessidade da aquisição. Orçamento nº 127/2018, elaborado pelo Setor de Compras contendo cotações de preços no mercado local. Aplicação do art. 24, inciso II, c/c art. 23, inciso II, alínea “a” da Lei nº 8.666/93, com as alterações advindas do Decreto Presidencial nº 9.412/2018, por força do art. 120 da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de contratação direta pelo menor preço, apresentado pela pessoa jurídica “BML Comercial Ltda.”, no valor total de R\$ 650,61 (seiscentos e cinquenta reais e sessenta e um centavos). Existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o atendimento da despesa. Pelo deferimento”. Defiro.

Proc: 2610/2018.
Interessado: Asplage.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Defiro. Lavre-se a portaria requerida. Em seguida, volvam os autos ao interessado.

Proc: 2755/2018.
Interessado: Asplage.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Defiro. Lavre-se a portaria requerida. Em seguida, volvam os autos ao interessado.

Proc: 2786/2018.
Interessado: 19ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face das informações prestadas pela DPO, noticiando a impossibilidade orçamentária para atendimento do pleito, remetam-se cópia das mesmas ao interessado. Em seguida, arquite-se.

Proc: 2816/2018.
Interessado: 67ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Oficie-se ao interessado informando a impossibilidade momentânea de atender o pedido, bem como as medidas adotadas em relação ao concurso para provimento de cargos. Em seguida, permaneçam os autos sobrestados na DP.

JProc: 2821/2018.
Interessado: Dra. Francisca Paula de Jesus Lobo Nobre Santana, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica, de fl.s 33 a 34, e defiro o pleito, tendo em vista o teor da informação de fl. 31. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis.

Proc: 2837/2018.
Interessado: Dr. Cláudio Luiz Galvão Malta, Promotor de Justiça/Coordenador das Promotorias de Justiça de Rio Largo.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Oficie-se ao interessado informando a impossibilidade momentânea de atender o pedido, bem como as medidas adotadas em relação ao concurso para provimento de cargos. Em seguida, permaneçam os autos sobrestados na DP.

Proc: 2852/2018
Interessado: Seção de Licitação desta PGJ
Assunto: Emissão de nota de empenho
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços. Pedido de empenho para fornecimento de serviço de publicação de aviso em jornal de grande circulação nacional, para atender à necessidade do Ministério Público de Alagoas. Sistema de Registro de Preços – SRP. Existência. Contratação realizada através da Ata de Registro de Preços PGJ/AL nº 32/2017, item 2, do Pregão Eletrônico PGJ/AL nº 22/2017. Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão do empenho, bem como que o procedimento evolua às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças para as providências cabíveis”. Defiro.

Proc: 2856/2018
Interessado: Seção de Licitação desta PGJ
Assunto: Emissão de nota de empenho
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços. Pedido de empenho para fornecimento de serviço de publicação de aviso em jornal de grande circulação

nacional, para atender à necessidade do Ministério Público de Alagoas. Sistema de Registro de Preços – SRP. Existência. Contratação realizada através da Ata de Registro de Preços PGJ/AL nº 32/2017, item 1, do Pregão Eletrônico PGJ/AL nº 22/2017. Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão do empenho, bem como que o procedimento evolua às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças para as providências cabíveis”. Defiro.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS EM EXERCÍCIO, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 18 DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 02.2017.00000862-5.
Interessado: Tribunal de Contas da União - Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Junte-se ao Proc. SAJMP nº 02.2017.00000493-0. Em seguida, arquite-se.

Proc: 02.2018.00004496-9.
Interessado: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Autue-se e registre-se fisicamente no sistema SIPANET, remetendo-se à DP, para informar. Em seguida, arquivem-se estes autos digitais.

Proc: 02.2018.00004539-0.
Interessado: MPF/AL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ARAPIRACA/AL.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À d. Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2018.00004616-7.
Interessado: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Arapiraca.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Autue-se e registre-se fisicamente no sistema SIPANET, remetendo-se à DG. Em seguida, arquivem-se estes autos digitais.

Proc: 02.2018.00004624-5.
Interessado: Wladimir Vieira da Silva.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Junte-se ao Proc SAJ nº 02.2018.00002201-0. Em seguida, remeta-se ao Conselho Superior do Ministério Público.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 19 de setembro de 2018.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 441, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO, Procurador-Geral de Justiça, com efeitos retroativos ao dia 19 de setembro. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 442, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 2755/2018, RESOLVE designar THAÍSA ELLANE DE JESUS CAVALCANTE LAMENHA, Analista do Ministério Público – Área Jurídica (Gerente do projeto), MÁRCIO ANTONIO GOMES REIS JÚNIOR, Analista do Ministério Público – Área Jurídica e Dr. ALBERTO FONSECA, 4º Promotor de Justiça da Capital, para comporem o Projeto “9ª Etapa da Fiscalização Preventiva Integrada da Bacia do São Francisco”, Código 14/2018 - MPAL. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 443, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 2610/2018, RESOLVE designar VITOR LUIZ PEREIRA RIBEIRO, Analista do Ministério Público – Área Gestão Pública (Gerente do Projeto), WESLEY DE OLIVEIRA CAVALCANTE, Analista do Ministério Público – Desenvolvimento de Sistemas, THIAGO PACHECO ANDRADE PEREIRA, Analista do Ministério Público – Administração de Banco de Dados, ANDREZA GALINDO ALVES DE QUEIRÓZ, Analista do Ministério Público – Área Gestão Pública e EGLINE FRANCO ALVES MUSSURI, Técnica do Ministério Público, para comporem o Projeto “Sistema de Gestão de Estagiários e Voluntários”, Código 12/2018 - MPAL. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 444, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 2890/2018, RESOLVE designar os Doutores HAMILTON CARNEIRO JÚNIOR, 1º Promotor de Justiça de Santana do Ipanema e ELOÁ DE CARVALHO MELO, 3ª Promotora de Justiça de Palmeira dos Índios, para participarem da reunião com o Comando de Inteligência do Exército, designada para o dia 20 de setembro, no Comando Militar do Nordeste, em Recife-PE. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 445, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os Doutores EDELZITO SANTOS ANDRADE, 28º Promotor de Justiça da Capital, LUCIANO ROMERO DA MATTA MONTEIRO, 67º Promotor de Justiça da Capital e HUMBERTO PIMENTEL COSTA, 47º Promotor de Justiça da Capital, para, sob a presidência do primeiro, emitirem parecer acerca dos pedidos formulados nos Processos PGJ nºs 2315/2018, 2324/2018, 2325/2018 e 2339/2018. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

=====

>>>>>>>> DISTRIBUIÇÃO PGJ <<<<<<<<<

=====

AO(S) 19 DIA(S) DO MÊS DE SETEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO PGJ, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 02.2018.0000474-22
Interessado: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB/AL
Natureza: Ofício GP 255/2018
Assunto: Representação quanto à massa falida
Remetido para: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe

Proc. 02.2018.0000472-33
Interessado: LUZ PARA OS POVOS MINISTÉRIO APOSTÓLICO
Natureza: Solicitação
Assunto: TAC Dia das Crianças
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Proc. 02.2018.0000471-88
Interessado: TJ/AL JUÍZO DE DIREITO DA VARA DO ÚNICO OFÍCIO DE TRAIPIÚ
Natureza: Ofício 0000089-16.2016.8.02.0039-0001
Assunto: Cumprimento de Decisão interlocutória ref 0000089-16.2016.8.02.0039
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 02.2018.0000471-00
Interessado: ROBERTO FERNANDO MELLO DE ALMEIDA VIEIRA
Natureza: Ofício 01/2018
Assunto: TAC ExpoBaixos AL
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Proc. 02.2018.0000470-11
Interessado: MPF/AL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS
Natureza: Ofício nº 73/2018; GAB/MTS ref NF 1.11.000.000850/2018-14
Assunto: Declínio de Atribuição ref NF 1.11.000.000850/2018-14
Remetido para: Coordenadoria das Criminais Residuais

Proc. 02.2018.0000464-90
Interessado: TJ/AL JUÍZO DE DIREITO DA VARA DO ÚNICO OFÍCIO DE PÃO DE AÇÚCAR
Natureza: Despacho
Assunto: Designação de Promotor de Justiça ref Autos 0000420-10.2012.8.02.0048
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 02.2018.0000464-56
Interessado: MARIA HELENA UCHOA VEIGA
Natureza: Comunicação
Assunto: TAC Do Lado de Cá Feirinha Cool
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Proc. 02.2018.0000464-12
Interessado: Instituto Social de Assistência a Comunidade - Instituto AMADAL
Natureza: Ofício 73/2018
Assunto: TAC Evento Cânticos
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Proc. 02.2018.0000463-78
Interessado: TRE/AL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Natureza: Ofício 2163/2018 - TRE-AL/PRE/GPRES
Assunto: Convite Eleições Gerais 2018
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Proc. 02.2018.0000463-67
Interessado: TJ/AL JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
Natureza: Ofício 149/2018 ref Autos 0705410-71.2017.8.02.0001
Assunto: Encaminhamento de não cumprimento de Decisão Judicial ref Autos 0705410-71.2017.8.02.0001
Remetido para: 37ª Promotoria de Justiça da Capital

Colégio de Procuradores de Justiça

PAUTA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
13ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 21/08/2018

Convido os Senhores Procuradores de Justiça para a 13ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, a se realizar no Biblioteca Ernani Méro, localizado no 1º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, na data de 21 de setembro de 2018, sexta-feira, às 10h, a fim de que o Colégio aprecie as seguintes matérias:

Ata da 12ª Reunião Ordinária do CPJ em 2018;

Proposta de Resolução CPJ
Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça
Assunto: Regulamenta a eleição para formação da lista triplíce e escolha do Procurador-Geral de Justiça

Proposta de Resolução CPJ
Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça
Assunto: Regulamenta a eleição para escolha dos Membros do Conselho Superior do Ministério Público;

Definição da data da eleição para os cargos de Corregedor-Geral e Ouvidor do Ministério Público, nos termos do art. 17 da Lei Complementar Estadual n. 15/1996 e do art. 45 do Regimento Interno do CPJ

Gabinete do PGJ/MPE/AL, 19 de setembro de 2018.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo
e-mail: pj.2riolargo@mpal.mp.br

PORTARIA N° 05/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, Através da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo, no uso de suas atribuições e prerrogativas conferidas pela constituição Federal, pela Lei n° 8.625/93 e pela lei complementar Estadual n° 015/96, e

CONSIDERANDO o inteiro teor da representação formalizada em 10/06/2015, Pelo Sr. Alex Fernandes dos Santos, segundo a qual o superintendente da SMTT/RIOLARGO realizou compras de equipamentos para escritório, com dispensa indevida de licitação, havendo ainda suspeitas de que alguns materiais foram pagos mesmo sem a efetiva entrega,

CONSIDERANDO que a representação está acompanhada de algumas cópias de processos de pagamento,

CONSIDERANDO que é necessário esclarecer a ocorrência e a legalidade dessas compras, e posteriores pagamentos,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis(art. 127 da CF/88).

Tendo em vista o disposto na Portaria n.º 10/2015, que instaurou o Procedimento Preliminar investigatório destinado a colher informações acerca de irregularidades praticadas pela SMTT de Rio Largo;

CONVERTO o presente procedimento, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, fulcro que o presente procedimento preparatório ultrapassou o prazo disposto nos parágrafos 6º e 7º da Resolução n° 23, de 17 de setembro de 2007, razão pela qual da conversão.

Determino as seguintes diligências:

01. Oficie-se ao Procurador-Geral de Justiça na condição de Presidente do CSMP para informá-lo da presente conversão, bem como para publicação em Diário Oficial do Estado, tudo nos termos do que dispõe o Inc. VI do Art. 4º da Resolução n° 23/2007. Determino a fixação da Portaria em Local de costume. Tudo com as devidas certificações nos autos.

02. Sejam expedidos os ofícios necessários para a devida instrução dos autos.

Maceió/Rio Largo, AL em 28 de setembro de 2017.

Drº Magno Alexandre F. Moura
Promotor de Justiça

